



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 179/2013


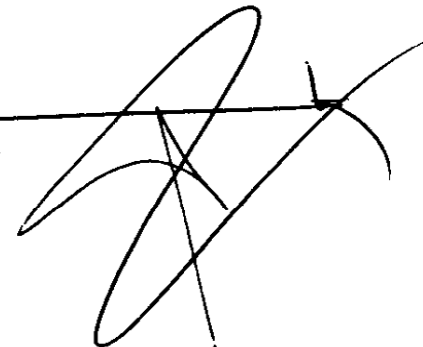
Declara de Utilidade Pública a  
Associação de Moradores e Amigos do  
Conjunto Oswaldo Cruz II, com sede e  
foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação  
de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, com sede e  
foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

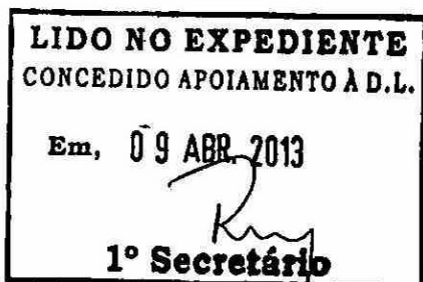
   
Relator



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2013**



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**



**PROJETO DE LEI Nº. 127/2013**

**SÚMULA:** Institui a Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia", incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia".

**Parágrafo único** - A Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia" será realizada anualmente, na semana que integra da data de 13 de maio.


**Art. 2º** A semana instituída por esta Lei, passará a constar do Calendário Oficial de Eventos do Estado.

**Art. 3º** A Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia", terá por objetivo conscientizar a população através de procedimentos informativos, educativos, palestras, audiências públicas, seminários, conferências ou congressos, a fim de que a sociedade discuta sobre iniciativas de combate ao crime de pedofilia.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de Abril de 2013.

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

  
**GILSON DE SOUZA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2013**



**GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS**

**PROJETO DE LEI N°.**

**SÚMULA:** Institui a Semana Estadual "Todos Contra Pedofilia", incluindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

**JUSTIFICATIVA**

A Lei, como fruto da vontade do povo, no Estado Democrático de Direito – como é no Brasil – não poderia estabelecer de forma diferente e por isso mesmo a Constituição Brasileira elegeu como a prioridade das prioridades o direito da criança e do adolescente.

Somente uma vez o termo "absoluta prioridade" foi utilizado na Carta Magna, e o foi no artigo 227 quando estabelece, entre os deveres e objetivos do Estado, juntamente com a sociedade e a família, assegurar a crianças e adolescentes os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade e ao respeito, dentre outros. Garantir a observação dos direitos da infância e da adolescência é o único meio seguro e perene de garantir o progresso, a evolução e melhoria de vida para todas as pessoas. É investir no futuro.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:**

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-

los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

O abuso sexual ou a exploração sexual cometidos contra criança e o adolescente (crimes ligados à pedofilia) atingem todos os seus direitos. A criança que é vítima de um crime ligado à pedofilia tem, evidentemente, desrespeitada seus direitos à saúde (uma vez que agredida fisicamente pelo abuso sexual), à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade. A criança que é vítima de pedofilia tem atacada drasticamente sua autoestima, conseqüentemente, torna-se depressiva e apresenta sequelas para toda a vida, tendo atingidos, pois, seus direitos à saúde (também mental), à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura.

Na década de noventa, a exploração comercial e sexual infantil vitimou milhões de crianças e adolescentes no mundo. Devido à pobreza, o desemprego, à desestruturação familiar e à banalização da sexualidade, a pedofilia ressurge na calada da vida cotidiana como uma perversão sexual, a ponto de interferir de forma drástica no desenvolvimento psíquico infantil, provocando traumas irreversíveis e doenças transmissíveis por sexo. A infância, convocada pelo adulto a assumir uma identidade sexual, mostra-se nas imagens eletrônicas da pornografia infantil. Esse fenômeno, criando pela cultura moderna, se destaca como um sintoma de mal-estar da atualidade, ao mesmo tempo em que mobiliza legiões contra a pornografia infantil. (HISGAIL, Fani. Pedofilia, um estudo psicanalítico. 2007: Iluminuras).

Como sabemos "é dever da família, da sociedade e do Estado" (artigo 227 da CF/1988) tomar medidas sérias, eficazes e urgentes para impedir que esse mal se alastre, trazendo profunda degradação ao que temos de mais caro: a criança e o adolescente.

Um dos fatores mais importantes para a prevenção e o combate ao abuso e a exploração sexual infanto-juvenil, ou seja, a prática de crimes ligados à pedofilia, garantindo o direito à saúde (física e mental) de milhares de crianças e adolescentes, é a conscientização da população.

O conhecimento mínimo a respeito do assunto é necessário não somente para que as pessoas façam as denúncias (de modo responsável), propiciando a repressão legal ao crime, mas, principalmente, para que efetivem a prevenção, evitando que crianças e adolescentes sejam vítimas de estupro e

exploração sexual. Esse é o objetivo primordial da campanha "Todos Contra a Pedofilia".

As discussões sobre abuso e a exploração sexual infanto-juvenil eram raras, para alguns, um verdadeiro "tabu", e, por conta da falta dessa abordagem pública e mais ampla, via de regra a prevenção e a repressão ficavam prejudicadas.

Estima-se que, ao menos antes das providências da "CPI da Pedofilia" e das atuais campanhas nacionais, menos de 10% dos casos de abuso e a exploração sexual infanto-juvenil acontecidos no Brasil eram trazidos à tona e contavam com algum tipo de apuração e, conseqüentemente, atendimento às vítimas.

Hoje, após um trabalho de quase três anos junto a CPI da Pedofilia em Brasília, nota-se que, infelizmente, todos os tipos de violência sexual (seja o abuso ou a exploração sexual, através de prostituição infantil; estupro; produção, distribuição e uso de pornografia infantil; internet *grooming*; incesto, etc.) grassam em nosso país e no mundo e, no Brasil ainda não temos todos os meios, ou seja, meios realmente eficazes para realizar a devida proteção das vítimas pela sociedade, através de prevenção e repressão.

Observa-se que em locais onde a pobreza e a falta de instrução imperam é comum vermos crianças vendidas para uso sexual de adultos depravados; mães que levam as filhas (crianças e adolescentes) à prostituição; pais que estupram filhas; agenciamento de crianças a partir dos cinco anos de idade para o prazer sexual de pedófilos criminosos; leilão de crianças e virgens em bordéis; excursões de estrangeiros que vem ao Brasil para turismo sexual.

Mas é bom que se ressalte que o abuso sexual acontece em todas as classes sociais, credos e níveis intelectuais: há vários casos de Juizes, Promotores, Deputados que estupravam crianças de forma cotidiana, Médicos que abusavam de pacientes; líderes religiosos (Padres e Pastores) que abusavam de fiéis; Pais-de-santo que usavam de sua posição para manter relação sexual com meninos e meninas; funcionários públicos graduados que distribuíam pornografia infantil pesada, usando computadores do serviço público; conceituados pais de família que abusavam de seus filhos e filhas, sob o silêncio das mães; etc.

Também é notável o grande número de casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil documentados pela mídia, através de jornais, revistas, programas de televisão, etc. A cada dia nos deparamos com notícias de casos de estupro, abuso sexual dentro de casa, casos de prostituição infanto-juvenil, pornografia infantil e *grooming* na internet, etc.

A conscientização da população é fundamental para a consecução do objetivo primordial da "CPI da Pedofilia", que é proteger a criança e o adolescente brasileiro do abuso sexual e da exploração sexual (crimes ligados à Pedofilia), especialmente considerando que seus direitos (da criança e do adolescente) são a prioridade absoluta do Brasil, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal.

Através das audiências públicas realizadas no Senado Federal e em diversos locais do país (Manaus/AM, Boa Vista/RR, Goiânia/GO, Uberlândia/MG, Porto Alegre/RS, Belém e Marajó/PA, Fortaleza/CE, Vila Velha/ES, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, etc.), através de palestras de especialistas, cursos no Brasil e no exterior, pesquisas e trabalhos na internet, a CPI buscou apurar casos de crimes ligados à pedofilia, bem como obter o conhecimento necessário ao tratamento adequado do assunto.

A "CPI da Pedofilia" produziu legislação específica, parte já aprovada (Lei 11.829/2008) e parte em andamento (14 projetos), visando preencher as lacunas legais na proteção da criança e do adolescente, bem como adequar o Brasil à realidade tecnológica e à legislação internacional.

Porém, toda a legislação é inútil sem a participação popular na denúncia responsável dos criminosos e na prevenção dos crimes. É preciso que todos estejam atentos, especialmente pais, professores, médicos, funcionários públicos especializados e todos aqueles que lidam diretamente com crianças.

Buscando esta conscientização da população, sobre a necessidade de se prevenir e punir o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes (crimes ligados à Pedofilia), a "CPI da Pedofilia", especialmente através de seu Presidente (Senador Magno Malta), originou a campanha "TODOS CONTRA A PEDOFILIA".

Em suma a ideia é congrega aqueles que compartilham a preocupação com nossas crianças e jovens e acreditam nessa luta, com o objetivo de combater, especialmente através da prevenção, os crimes ligados à pedofilia.




No Município de Cascavel, por exemplo, a campanha realiza todos os anos, sempre no período de 13 a 18 de Maio, "A Semana Todos Contra a Pedofilia em Cascavel", inicialmente organizada em data pré-estabelecida pela comissão que realiza a campanha, liderada pela Secretaria Regional de Cidadania Quadrangular.

Este movimento iniciou-se em 2010, usando os mesmos moldes e objetivos da campanha Nacional, adaptando-se à realidade daquela cidade.

Desta forma, com a devida preocupação ao tema proposto, faz se necessário que torne um evento no âmbito estadual, visando à participação do poder publico e da sociedade civil organizada, no intuito de combater os crimes contra a pedofilia em nosso estado

  
**PARANHOS**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

  
**GILSON DE SOUZA**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 127/2013**

**Projeto de Lei n.º 127/2013**

**Autor:** Deputado Gilson de Souza e Deputado Paranhos.

**SÚMULA:** Institui a semana Estadual “todos contra pedofilia”, incluindo-a no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná.

**EMENTA:** INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA ESTADUAL “TODOS CONTRA PEDOFILIA”. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Gilson de Souza e Paranhos, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a semana estadual “todos contra pedofilia”, que será realizada anualmente, no período de 13 a 18 de Maio.





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

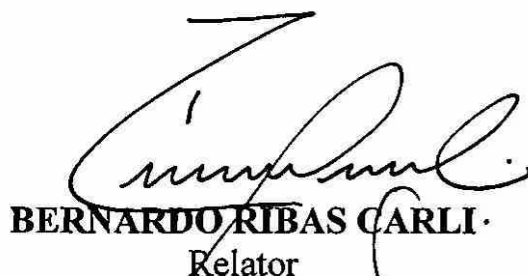
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

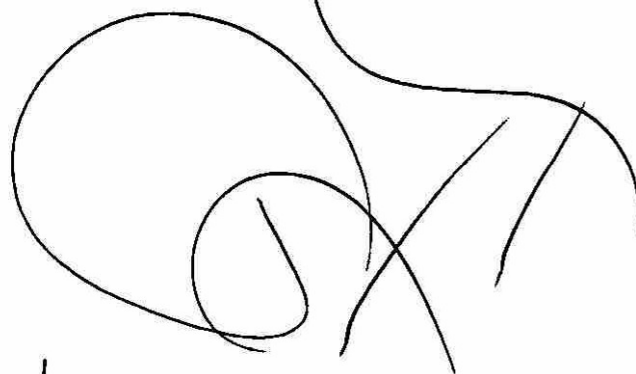
Sala das Comissões, 2 de Maio de 2013.

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**BERNARDO RIBAS CARLI**  
Relator







**APROVADO**  
2105.13





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º**  
**127/2013**

**SÚMULA:** Institui a semana Estadual “todos contra pedofilia”, incluindo-a no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná, a ser realizado anualmente, no período de 13 a 18 de maio.

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná, a semana Estadual “Todos contra Pedofilia”, a ser realizada anualmente, no período de 13 a 18 de maio.

Art. 2º - A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - A semana Estadual “Todos contra a Pedofilia”, terá por objetivo conscientizar a população através de procedimentos informativos, educativos, palestras, audiências públicas, seminários, conferências ou congressos, a fim de que a sociedade discuta iniciativas de combate ao crime de pedofilia.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Impuneli*  
relator

*Presidente*

**APROVADO**

2.05.13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANIBAL KHURY

Gabinete do Deputado Nereu Moura



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 06 MAIO 2013

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 159/2013**

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a  
“**Federação Paranaense de Sinuca**”,  
com sede e foro no Município de  
Curitiba/Pr.

**Art. 1º.** - Fica declarada de Utilidade Pública a “**Federação Paranaense de Sinuca**”,  
com sede e foro no Município de Curitiba/Pr.

**Art. 2º.** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2013.

  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANIBAL KHURY

Gabinete do Deputado Nereu Moura

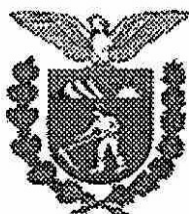


## **JUSTIFICATIVA:**

A Federação Paranaense de Sinuca, entidade mantenedora estadual desde 1989, tem por finalidade coordenar o complexo técnico-desportivo do esporte do taco paranaense, exercendo a direção das atividades a ela relacionadas.

A Federação exerce o poder de dirigir, incentivar em todo o Estado as modalidades desportivas da sinuca, como também organizar, orientar e supervisionar campeonatos e torneios desportivos de qualquer âmbito, dentro do Estado.

Pelas considerações apresentadas, a referida entidade cumpre os quesitos que regulamentam a matéria, tornando-a apta para ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 159/2013**

**Projeto de Lei nº. 159/2013**  
**Autor: Deputado Nereu Moura**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE SINUCA**, com sede e foro no Município de Curitiba.

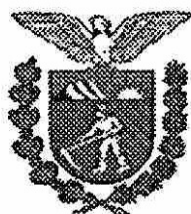
**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA**  
**FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM**  
**ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE SINUCA**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

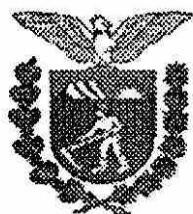
Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

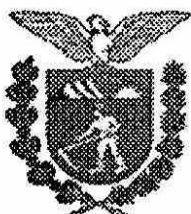
II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o artigo 2º, que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



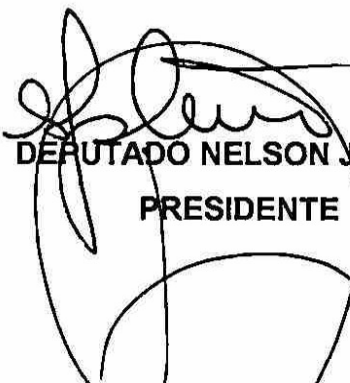


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

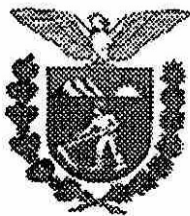
Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
**APROVADO**

14.05.13



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 159/2013**

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o Artigo 2º do Projeto de Lei nº 159/2013, passando a contar com a seguinte redação:

**Art. 2º-** Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
APROVADO

14.05.13 



PROJETO DE LEI Nº 163/2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 06 MAIO 2013  
*[assinatura]*  
1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a  
Associação Comunitária Rádio  
FM Aliança com sede e foro no  
Município de Paranaguá.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública da Associação  
Comunitária da Rádio FM Aliança, com sede e foro no Município de  
Paranaguá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2013.

*[assinatura]*  
NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária Rádio FM Aliança é uma entidade sem fins  
lucrativos, de caráter cultural e social que visa beneficiar a comunidade  
ofertando oportunidades a difusão de ideias, elementos de cultura,  
tradições e hábitos sociais.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 163/2013**

**Projeto de Lei nº. 163/2013**  
**Autor: Deputado Ney Leprevost**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ALIANÇA**, com sede e foro no Município de Paranaguá.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ALIANÇA**, com sede e foro no Município de Paranaguá, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, -g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

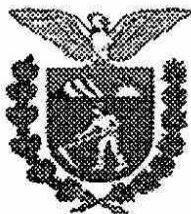
I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



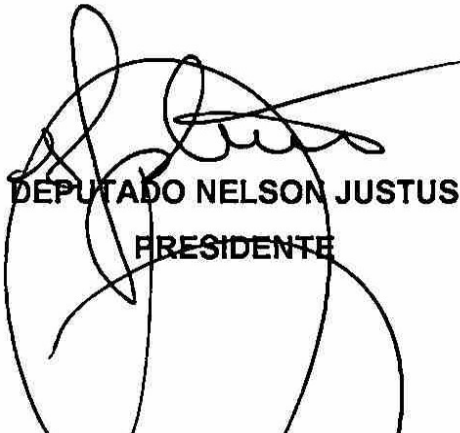
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

14.05.13



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 174/2013**

**Súmula:** Altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - os §§ 2º e 4º do art. 33 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, conforme disposto em decreto do Poder Executivo.

.....  
§ 4º A paralisação temporária ou o reinício de atividades, bem como as demais alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, devem ser por esse comunicadas, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, na data da ocorrência do fato.”;

II - os incisos II, III e VI do § 1º do art. 34 passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - número de inscrição no CNPJ;

III - nome empresarial;

.....  
VI - código de atividade econômica.”;

III - o § 3º do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:.

“§ 3º O pagamento será realizado exclusivamente nos agentes arrecadadores autorizados.”;

IV - o § 1º do art. 53 passa a vigorar com a seguinte redação:





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

“§ 1º As respostas às consultas serão disponibilizadas periodicamente no endereço da Secretaria da Fazenda na internet.”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 08 de maio de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 13/05/2013

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 040/2013

Curitiba, 08 de maio de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 13 MAIO 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, no Estado do Paraná, cujas justificativas seguem:

**Nova redação dada aos §§ 2º e 4º do art. 33 e incisos II, III e VI do § 1º do art. 34.**

Com a adesão da Secretaria de Estado da Fazenda ao Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc) - projeto que representa a integração dos procedimentos cadastrais relativos às pessoas jurídicas e demais entidades no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como dos demais órgãos e entidades que participem do processo de formalização e legalização de empresas - há necessidade de adaptações na redação de alguns artigos da Lei Orgânica do ICMS.

A proposta, pretendendo adequar a legislação, promove a integração aos novos procedimentos de obtenção, alteração e baixa de inscrições no Cadastro de Contribuintes do Estado, remetendo a regulamentação dessas obrigações a decreto do Poder Executivo e permitindo que essas sejam efetuadas de acordo com o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc), ou seja, por meio da utilização do Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, versão web, disponível na internet.

Ademais, a proposição promove a atualização de termos empregados no texto em decorrência de alterações: "inscrição no CGC" por "inscrição no CNPJ", "razão social"

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 10.694.104-1



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

por "nome empresarial" e "código de atividade econômica definido pela Secretaria" por "código de atividade econômica" (atualmente o código de atividade é definido pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA).

**Nova redação ao § 3º do art. 35.**

Neste ponto, a proposta pretende alterar o dispositivo que previa a possibilidade de pagamento de tributos na repartição fazendária, para determinar que os recolhimentos sejam realizados exclusivamente por agentes arrecadadores autorizados, no caso, agências bancária, uma vez que esse procedimento já vinha sendo observado desde 19 de julho de 2006, por questão de segurança.

**Altera o § 1º do art. 53.**

Por fim, o Anteprojeto almeja a modificação do texto normativo para dispor que a divulgação das respostas dadas às consultas relativas ao ICMS, formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias, seja realizada por meio da disponibilização periódica das respostas no sítio da internet da Secretaria de Estado da Fazenda, o que vem sendo observado na prática.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Alterado Compilado Original 1Lei 11580 - 14 de Novembro de 1996Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

**Súmula:** Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

## DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

## CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

**Art. 2º.** O imposto incide sobre:

**I** - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

**II** - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

**III** - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

**IV** - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

**V** - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

**VI** - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.  
(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)

**§ 1º.** O imposto incide também:



**Art. 32.** A restituição total ou parcial do ICMS dá lugar à devolução de penalidade tributária, juros de mora e correção monetária pagos, atualizados a partir da data do pagamento indevido até a data do despacho concessório.

**§ 1º.** A restituição não abrange as multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

**§ 2º.** Nas hipóteses do § 4º do art. 30 e do parágrafo único do art. 31, o contribuinte atualizará o valor a ser creditado desde a data do pagamento indevido até a data do lançamento no livro fiscal, tendo o despacho concessório efeito meramente homologatório, vedada a utilização da diferença relativa à correção monetária existente entre as datas da apropriação do crédito e do despacho concessório.

## **CAPÍTULO IX DO CADASTRO**

**Art. 33.** Os contribuintes deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS.

**§ 1º.** Para os efeitos desta Lei, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte.

**§ 2º.** A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do estabelecimento.

**§ 3º.** O contribuinte receberá um número cadastral básico, que o identificará em todas as relações com os órgãos da Secretaria da Fazenda e constará obrigatoriamente em seus documentos fiscais.

**§ 4º.** A paralisação temporária ou o reinício de atividades, bem como as demais alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, devem ser por este comunicadas à repartição fazendária na data da ocorrência do fato.

**§ 5º.** Ocorrendo o encerramento das atividades do estabelecimento, o contribuinte deverá solicitar a exclusão da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a entrega da documentação fiscal.

**§ 6º.** A inscrição cancelada nos termos do § 7º do art. 55 poderá ser reativada desde que o contribuinte tenha regularizado a sua situação.

**§ 7º.** O Poder Executivo poderá dispensar a inscrição, bem como denegar a concessão de mais de uma, para o mesmo ramo de atividade no mesmo local.

**Art. 34.** Compete ao Poder Executivo expedir decreto estabelecendo as **regras** para inscrição, alteração, paralisação temporária, exclusão e cancelamento *ex officio*, bem como os modelos dos respectivos documentos.

**§ 1º.** O cadastro deverá conter os seguintes elementos:

**I** - número de inscrição no CAD-ICMS;

**II** - número de inscrição no CGC;

**III** - razão social;

**IV** - endereço completo;

**V** - identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

**VI** - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;





**VII** - outros que a legislação determinar.

**§ 2º.** Para os efeitos deste artigo e em relação à alteração ou à paralisação temporária, poderá a Fazenda Estadual exigir garantias dos créditos pendentes.

**CAPÍTULO X**  
**DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO**

**Art. 35.** O crédito tributário extingue-se pelo pagamento, podendo, ainda, ser extinto pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem capituladas em cada caso por ato do Poder Executivo.

**§ 1º.** Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, ser liquidados:

**I** - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual;

**II** - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

**§ 2º.** A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso.

**§ 3º.** O pagamento ~~em repartição fazendária~~ será efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo.

**§ 4º.** Quando o valor do crédito tributário for constituído de imposto e acréscimos, o pagamento de parte do valor total, ainda que atribuído pelo contribuinte a uma só dessas rubricas, será imputado proporcionalmente a todas elas, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 56.

**SEÇÃO II**  
**DOS PRAZOS DE PAGAMENTO**

**Art. 36.** Por ocasião da ocorrência do fato gerador, a Fazenda Pública poderá exigir o pagamento do crédito tributário correspondente.

**§ 1º.** O Poder Executivo poderá:

**I** - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que atualizado monetariamente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto;

**II** - antecipar ou postergar o pagamento, nos casos de substituição tributária.

**§ 2º.** Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**§ 3º.** Os prazos referidos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

**§ 4º.** Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades de interesse do Estado, de preservação ambiental e proteção à natureza, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paraense, o Governador do Estado, *ad referendum* da Assembléia Legislativa poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º deste artigo, desde que sujeito à atualização monetária plena.

**SEÇÃO III**  
**DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**



**II** - a existência de título de crédito quitado ou despesas pagas e não escriturados, bem como bens do ativo permanente não contabilizados;

**III** - diferença entre o valor apurado em levantamento fiscal que tomou por base índice técnico de produção e o valor registrado na escrita fiscal;

**IV** - a falta de registro de documento fiscal referente à entrada de mercadoria;

**V** - a existência de contas no passivo exigível que apareçam oneradas por valores documentalmentemente inexistentes;

**VI** - a existência de valores que se encontrem registrados em sistema de processamento de dados, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou outro equipamento similar, utilizados sem prévia autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a leitura dos dados neles constantes;

**VII** - a falta de registro de notas fiscais de bens adquiridos para consumo ou para ativo fixo;

**VIII** - a superavaliação do estoque inventariado.

**Art. 52.** A fim de resguardar a correta execução desta Lei, a Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em decreto do Poder Executivo, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação ou prestação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

## **SEÇÃO II**

### **DA CONSULTA**

**Art. 53.** A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao ICMS formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

**§ 1º.** As respostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.

**§ 2º.** As repostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

**§ 3º.** Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

**§ 4º.** As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

## **CAPÍTULO XIV**

### **DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 54.** Constitui infração, para os efeitos desta Lei, toda ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

**§ 1º.** Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

**§ 2º.** A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 55.** Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penalidades:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI N° 174/2013

Projeto de Lei nº 174/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 040/2013

**Súmula:** Altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.580/96. ICMS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 que dispõe sobre o ICMS, atribuindo nova redação aos parágrafos 2º e 4º do Art. 33; incisos II, III, e VI do parágrafo 1º do Art. 34, ao parágrafo 3º do Art. 35 e ao parágrafo 1º do Art. 53.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ:**

**Art. 124** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66** – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

**IV** – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso)

**Art. 87** – Compete privativamente ao Governador:

(...)

**VI** – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei. (grifo nosso)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

**Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:**

(...)

**II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifo nosso)**

Cumpre observar, que a Constituição da República através dos preceitos acerca de referido artigo, abre margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Ademais, o presente Projeto de Lei não viola a Lei Complementar nº. 101/00, posto que não gera despesas ao Poder Executivo.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.

*Dep. Bernado*  
*Dep. Carli*

*[Assinatura]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
*Dep. Scomeroco*

*[Assinatura]*  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

*Dep. Pires*  
*Dep. do Mello*  
*Dep. Belton*  
*Dep. Nereu*  
*Dep. Moura*

*Dep. Tullio*  
*Turini*  
*Dep. Triviano*

*[Assinatura]*  
Dep. Loupion.

**APROVADO**  
20.05.13.

*[Assinatura]*  
Dep. Pastor  
Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 040/2013, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Impostos Sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, introduzindo nova redação aos §§ 2º e 4º do art. 33; incisos II, III, e VI do § 1º do art. 34, ao § 3º do art. 35 e ao § 1º do art. 53.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Poder Executivo encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65, 66 e 87 assegura ao Governador do Estado, a iniciativa de leis como a presente.

Observe-se também, que a Constituição Federal em seu art. 155, trata da competência dos Estados em instituir imposto sobre ICMS. Nesta linha, detecta-se a total legitimidade do Poder Executivo em tratar de matéria como a constante do presente Plano de Lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Constata-se ainda, que a matéria constante da presente proposta, está em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**CONCLUSÃO**

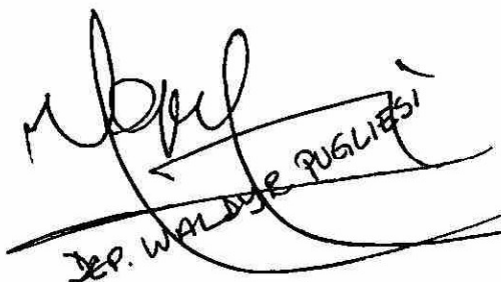
Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões, 11/06/13

  
**DEPUTADO JORNAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
**RELATOR**

  
**DEP. WANDERSON PUGLIESI**

  
**DEP. PASTOR EDSON**  
**PRACZYK**

  
**DEP. EVIO VELOSO**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PROJETO DE LEI Nº 185/2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 MAIO 2013

*[assinatura]*  
1º Secretário

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná. – ASAP Com sede e foro no município de Realeza Paraná

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná - ASAP  
Com sede e foro no município de Realeza - Paraná

Art. 2º. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Maio de 2013

*[assinatura]*  
NELSON LUERSEN  
DEPUTADO ESTADUAL

004250 DAP  
15/11/14 09:20:13 0004250 DAP 0004250 DAP 0004250 DAP





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**

**Justificativa :**

Aos 25 dias do mês de maio de 2011 foi fundada a Associação dos Segurados Aposentados e Pensionistas do Sudoeste do Paraná no município de Realeza. Após a constituição cidadã de 1988 , inúmeros são os direitos dos idosos, mas o cumprimento destes direitos ainda deixa muito a desejar principalmente por parte do Poder Público dos Municípios e do Estado.

A Associação tem um trabalho voltado para idosos e aposentados tanto na saúde, como nos meios de transporte e na necessidade de uma ação social mais contundente.

A ASAP<sup>1</sup> tem por finalidade defender, congregar e representar, administrativamente e judicialmente, os direitos e interesses dos associados. Promover o credenciamento e convênios com hospitais, clínicas, farmácias, lojas, supermercados, hotéis e restaurantes e outros prestadores de serviços, visando o atendimento do associado mediante obtenção de descontos e bonificações a serem previamente estabelecidos entre as partes interessadas.

Justificativa em anexo



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 185/2013**

**Projeto de Lei nº185 /2013**  
**Autor: Deputado Nelson Luersen**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS SEGURADOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SUDOESTE DO PARANÁ- ASAP**. Com sede e foro no Município de Realeza Paraná.

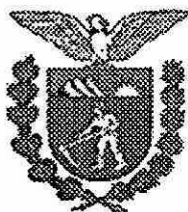
**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Luersen tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS SEGURADOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SUDOESTE DO PARANÁ- ASAP**, com sede e foro no Município de Realeza, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

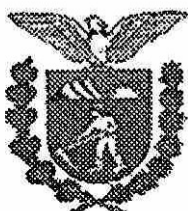
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a súmula e o artigo 1º, que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

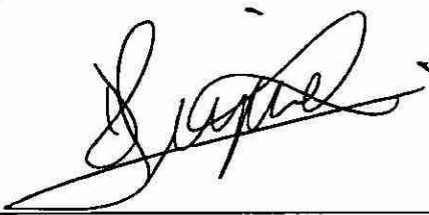

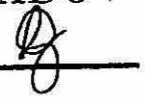
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

  
  
21.05.13 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 185/2013**

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 185/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**Súmula:** *Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS SEGURADOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SUDOESTE DO PARANÁ- ASAP, com sede e foro no Município de Realeza.*

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS SEGURADOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SUDOESTE DO PARANÁ - ASAP**, com sede e foro no Município de Realeza.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



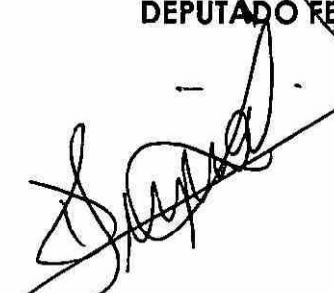


Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
**APROVADO**

21.05.13

  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANTEPROJETO DE LEI 218 /2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 184.756.806,56, junto à Caixa Econômica Federal, para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 - Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), destinado à execução de empreendimentos integrantes do PAC 2 - Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais, observado o disposto na Resolução nº 4.109, de 05.07.2012, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

**Parágrafo único.** Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão, obrigatoriamente, aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º** Para a garantia do principal e dos acessórios do financiamento pelo Estado do Paraná para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de quotas do Fundo de Participações dos Estados e ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Produção de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor, e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo ao agente financeiro os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exeqüíveis no caso de inadimplemento.

**Parágrafo único.** Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal na hipótese de o Estado do Paraná não ter efetuado, no





vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa Econômica Federal.

**Art. 3º** Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Estado, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

**§ 1º** O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência da Caixa Econômica Federal.

**§ 2º** No caso de os recursos do Estado não serem depositados na Caixa Econômica Federal, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito da Caixa Econômica Federal, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

**§ 3º** Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 4º** Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

**Art. 5º** O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas de responsabilidade do Estado e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 28 de maio de 2013.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

## INFORMAÇÃO TÉCNICA

O Estado do Paraná é proponente com projetos já aprovados no PAC 2 - PREVENÇÃO para o desenvolvimento de obras de controle de cheias na RMC, bacia hidrográfica do Alto Rio Iguaçu, nos rios Atuba, Palmital, Itaquí, Barigui, Mascate, Ressaca e Ribeirão Ana Luiza. As obras fazem parte do PDDr - Plano Diretor de Drenagem para a RMC, e são constituídas por duas bacias de detenção no Rio Itaquí, cinco bacias de detenção no Rio Palmital, três bacias no Rio Atuba, três bacias no Rio Barigui, três bacias no Rio Mascate, além de dois sistemas de diques com estações de bombeamento e seis pontes, canalizações parciais no Rio Atuba e nos ribeirões Ana Luiza e Eucaliptos, e adequação parcial da seção de escoamento no Rio Barigui. Para a execução destas obras serão relocadas 448 famílias ribeirinhas, com recursos específicos do Programa Minha Casa Minha Vida. Todas as bacias de detenção a serem construídas em áreas urbanas serão protegidas em seu entorno por obras complementares, constituídas por equipamentos de parques, como forma de dotar a população de equipamentos de lazer e esportes. A conscientização da população sobre as obras, suas finalidades e seus usos será viabilizada através de Trabalho Técnico Social, previsto no empreendimento.

As obras propostas objetivam o cumprimento e a implantação de ações prioritárias do Plano de Governo, efetivas para o controle de cheias e de oportunidade, visto as condições do financiamento e a possibilidade de utilização dos recursos para as desapropriações necessárias.

Dentro deste contexto, pleitea-se, através da Caixa Econômica Federal, financiamento, cujo valor total é de R\$ 194.480.849,00 (cento e noventa e quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e nove reais); deste total, tem-se como contrapartida a importância de R\$ 9.724.042,45 (nove milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) e a parcela do financiamento no montante de R\$ 184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Os documentos técnicos prévios, por empreendimento, já foram apresentados à CEF, e estão resumidos no quadro adiante (em termos de valores do investimento, financiamento, contrapartida, prazo de desembolso, carência, amortização e juros) e detalhados na sequência.

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 28/03/13  
Ass. \_\_\_\_\_

**QUADRO I - JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO**

**PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES NATURAIS - FINANCIAMENTO**

Nome do empreendimento	Valor investimento (R\$)	Valor financiamento (R\$)	Valor contra partida (R\$)	Início de desembolso mês/ano	Prazo de desembolso (m)	Prazo de carência (m)	Prazo de amortização (m)	Taxa de juros da modalidade
Rio Atuba - Controle de Cheias e Revetização - Municípios de ALMIRANTE TAMANDARÉ, COLOMBO E PINHAIS.	90.173.357,40	85.664.869,52	4.508.667,88	jun/14	35	39	240	6,00
Rio Itaquí - Bacias de Detenção MCIQ01-01 e Lagoa do Pedon - Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.	52.811.460,00	50.170.906,00	2.640.574,00	jun/14	29	33	240	6,00
Rio Barigui - Medidas Estruturais de Controle de Cheias: MCBA10-01; MCBA03-10; MCBA03-11 - Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ	39.977.522,08	37.978.845,98	1.998.676,10	maí/14	34	38	240	6,00
Canalização do Ribeirão Ana Luiza - Município de FAZENDA RIO GRANDE.	11.518.489,53	10.942.565,05	575.924,48	abr/14	33	37	240	6,00
<b>TOTAL</b>	<b>194.480.849,01</b>	<b>184.756.806,55</b>	<b>9.724.042,48</b>					

**1 - DOS EMPREENDIMENTOS: MEDIDAS ESTRUTURAIS DE CONTROLE DE CHEIAS NO RIO BARIGUI - MCBA03-10; MCBA03-11 E MCBA10-01**

**1.1 - Município de Almirante Tamandaré**

A Bacia Hidrográfica do Rio Barigui, em boa parte de sua faixa de preservação permanente, foi ocupada pela população, através de loteamentos regulares ou por invasões. Por ocasião dos eventos pluviais mais intensos, os moradores ribeirinhos sofrem com a ocorrência de enchentes. O PDDr apresentou a área de risco através das manchas de inundação para TRs de 10 e 25 anos. Para solução, sugeriu medidas de controle estruturais e não estruturais. As ações previstas trabalham com as seguintes medidas estruturais: 1. Três bacias de detenção MCBA10-01; MCBA03-10; e MCBA03-11, e respectivos parques, constantes do Tomo 4.9 - Volume 4 do PDDr; 2. Para restituir a capacidade de escoamento do rio, propõe-se também o reperfilamento das margens e desassoreamentos de 7,50 km do rio; 3. Aquisição do terreno relativo à Bacia de Detenção MCBA10-01. Os terrenos relativos às bacias MCBA03-10 e MCBA03-11 foram desapropriados, pelo Governo do Estado, para execução do parque e para execução de outras medidas estruturais de controle de cheias; 4. Desenvolvimento de serviços sócio ambientais com as famílias a serem relocadas e as residentes às margens do Rio Barigui, com objetivo de proporcionar melhores condições sociais e ambientais; 5. Gerenciamento e fiscalização das obras.

Confere com o original,  
SEEG/CTL, em 28/09/13  
Ass. \_\_\_\_\_

O financiamento destinado à execução de obras de Controle de Cheias no Rio Barigui, na cidade de Almirante Tamandaré, prevê o valor total de R\$ 39.977.522,08 (trinta e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e oito centavos). Deste montante, tem-se um percentual de 5% a título de contrapartida, cujo valor é de R\$ 1.998.876,10 (um milhão, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e dez centavos), que será assumido pelo Governo do Estado do Paraná, e o restante será a parcela do financiamento, no valor de R\$ 37.978.645,98 (trinta e sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

## **2. EMPREENDIMENTO: CANALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO ANA LUIZA**

### **2.1 - Município de Fazenda Rio Grande**

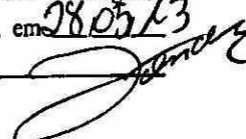
A Bacia Hidrográfica do Ribeirão Ana Luiza, em boa parte de sua faixa de preservação permanente, foi ocupada pela população, através de loteamentos regulares ou invasões. Por ocasião de eventos pluviais mais intensos, a população ribeirinha sofre com a ocorrência de enchentes. O PDDr, tendo como diretriz principal o controle do escoamento na fonte, demonstrou a área de risco através das manchas de inundação para TRs de 10 e 25 anos. Para solução apresentou as medidas de controle estruturais e não estruturais. Esta proposta trabalha com as medidas estruturais, caracterizada pela canalização do Ribeirão, pela construção da Bacia de Detenção, pela implantação do Parque Linear, e respectivas desapropriações.

Essa bacia hidrográfica abriga boa parte da malha urbana da cidade e por ocasião das cheias, aproximadamente, 3.000 famílias são atingidas diretamente.

O financiamento destinado à execução de obras de controle de cheias no Córrego Ana Luiza e Eucaliptos, na cidade de Fazenda Rio Grande, totalizam R\$ 11.518.489,52 (onze milhões, quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Deste montante temos um percentual de 5% a título de contrapartida, cujo valor é de R\$ 575.924,48 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) que será assumida pelo Governo do Estado do Paraná, e o restante será a parcela do financiamento no valor de R\$ 10.942.565,05 (dez milhões, novecentos e quarenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos);

## **3. EMPREENDIMENTO: CONTROLE DE CHEIAS E REVITALIZAÇÃO DO RIO ATUBA**

### **3.1 - Municípios de Colombo e Pinhais**

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 28/05/13  
Ass. 



A Bacia Hidrográfica do Rio Atuba, em boa parte de sua faixa de preservação permanente, foi ocupada pela população, através de loteamentos regulares ou invasões. Por ocasião dos eventos pluviais mais intensos, os ribeirinhos sofrem com a ocorrência de enchentes. O PDDr estudou alternativas, propôs medidas de controle e apresentou a área de risco, através das manchas de inundação para TRs de 10 e 25 anos.

As ações previstas trabalham com as seguintes medidas estruturais: 1. Três bacias de detenção MCAT01-03; MCAT01-06; e RA02 (Plano Diretor de Pinhais), e respectivos parques, constantes do Tomo 4.4 - Volume 4 do PDDr e do Plano de Macrodrenagem de Pinhais; 2. Para restituir a capacidade de escoamento do rio, propõe-se também a restituição da seção de escoamento com revestimento parcial das margens de 9,8 km do rio; 3. Execução do Parque Linear do Rio Atuba, com a finalidade de remover a população sob maior risco e preservar a APP -- Área de Preservação Permanente, no trecho do Bairro Atuba; 4. Relocar as 400 famílias residente na área do parque a ser construído; 5. Aquisição dos terrenos relativo às Bacias de Detenção e do Parque; 6. Desenvolvimento de serviços sócio ambientais com as famílias a serem relocadas e as residentes às margens do rio Atuba, com objetivo de assegurar melhores condições sociais e ambientais; 7. Gerenciamento e fiscalização das obras.

O financiamento destinado à execução de obras de Controle de Cheias no Rio Atuba, nos Municípios de Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré, totaliza o valor de R\$ 90.173.357,40 (noventa milhões, cento e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos). Deste montante, tem-se um percentual de 5% a título de contrapartida, cujo valor é de R\$ 4.508.667,87 (quatro milhões, quinhentos e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos), que será assumida pelo Governo do Estado do Paraná, e o restante será a parcela do financiamento, no valor de R\$ 85.664.689,53 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos);

#### **4. EMPREENDIMENTO: DE DETENÇÃO MC1Q01-01 E MC LAGOA DO PEDON.**

##### **4.1 - Municípios de São José dos Pinhais e Piraquara**

A Bacia Hidrográfica do Rio Itaquí, em boa parte de sua faixa de preservação permanente, foi ocupada pela população, através de loteamentos regulares ou invasões. Por ocasião dos eventos pluviais mais intensos, a população ribeirinha sofre com a ocorrência de enchentes, o que será agravado pelo desenvolvimento da bacia a

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 28/08/2013  
Ass. \_\_\_\_\_

montante. Para controlar o escoamento, o PDDr demonstrou a área de risco através das manchas de inundação para TRs de 10 e 25 anos. E para solução apresentou medidas de controle estruturais e não estruturais. Esta proposta trabalha com as medidas estruturais, caracterizadas por: 1. Projeto e execução das duas bacias de retenção, MCIQ01-01 e LAGOA DO PEDON e respectivos parques que se integram às outras obras do PAC2 - Parque Linear do Rio Itaquí, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal; 2. Aquisição do terreno relativo às Bacias de Retenção e ao parque do entorno, para proteção das bacias e integração à comunidade; 3. Gerenciamento e fiscalização das obras.

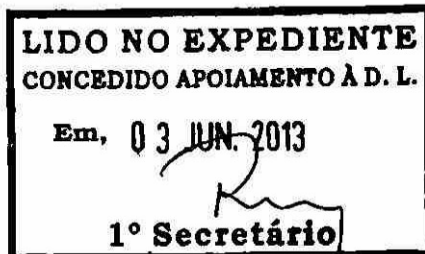
O desenvolvimento de serviços sócio ambientais, com as famílias residentes às margens do rio Itaquí, com objetivo de proporcionar melhores condições sociais e ambientais, está sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal.

O Financiamento destinado à execução de obras de Controle de Cheias e de Parque no Rio Itaquí, nos Municípios de São José dos Pinhais e Piraquara, totalizam R\$ 52.811.480,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta reais), Deste montante temos um percentual de 5% a título de contrapartida cujo valor é de R\$ 2.640.574,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais), que será assumida pelo Governo do Estado do Paraná, e o restante será a parcela do financiamento no valor de R\$ 50.170.906,00 (cinquenta milhões, cento e setenta mil, novecentos e seis reais).

Confere com o original

SEEG/CTL, em 28/05/13

Ass. \_\_\_\_\_



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 051 /2013

Curitiba, 28 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.

Em 28/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a autorização para contratar operação de crédito até o montante de R\$ 184.756.806,56, junto à Caixa Econômica Federal, para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 - Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

O crescimento da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, a exemplo do que vem ocorrendo na maioria das regiões metropolitanas, tem ocasionado grandes dificuldades para a manutenção dos solos urbanos com áreas verdes, matas ciliares, reservas florestais urbanas e a preservação das planícies de inundação naturais, alterando o ciclo hidrológico, provocando o aumento das vazões de pico e os níveis das cheias.

Além disto, a crise habitacional crônica para populações de baixa renda, aliada a especulação imobiliária, às deficiências no planejamento da ocupação do solo e de fiscalização, resultam em ocupações irregulares das áreas de risco de inundação ou áreas de várzea, sujeitas a cheias periódicas.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Estas cheias causam riscos à vida e à saúde, prejuízos materiais às famílias diretamente atingidas, prejuízos diretos e indiretos ao comércio, ao transporte e ao poder público, o qual deve dispor de recursos para atendimento aos atingidos, para obras de reparos da infraestrutura e de combate às cheias. O poder público perde ainda na arrecadação de impostos devido à desvalorização dos imóveis sob risco, e, temporariamente, pela queda de produção das diversas atividades prejudicadas por uma cheia.

Após as grandes cheias de 1983 e 1995, onde mais de 100.000 famílias foram diretamente atingidas, o Governo do Estado, através do PROSAN, construiu o Canal Paralelo, que diminuiu a frequência para período de retorno de 50 anos. Entretanto, em todos seus afluentes urbanos, a ocupação tem aumentado a impermeabilização do solo, o que novamente aumentará o aporte das vazões para a várzea do Rio Iguaçu, onde ocorrerá o retorno do risco das cheias de grande magnitude.

Para fazer frente ao problema, no ano de 2002, o Governo do Estado, contratou o PDDr - Plano Diretor de Drenagem para a bacia hidrográfica do Alto Rio Iguaçu, que definiu ações estruturais e não estruturais para o controle das cheias. As ações estruturais preconizavam a execução de grandes bacias de retenção na várzea dos afluentes do Rio Iguaçu, canalizações, substituição de bueiros e pontes sub dimensionadas, entre outras.

As ações não estruturais previam a adequação das Legislações Municipais de Uso do Solo e Parcelamentos, inserindo a diretriz principal do PDDr, que pode ser resumida no seguinte: *"Todo novo empreendimento não pode ampliar a cheia natural"*, ou seja, o empreendedor deve executar pequenas bacias de retenção, que assegurem a reservação do aumento da vazão provocada pelo empreendimento.

O PDDr tem embasado todas as ações estruturais em desenvolvimento pelos municípios da RMC e nas obras propostas no PAC – PREVENÇÃO no âmbito do *Programa Saneamento Para Todos*, modalidade manejo



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

de águas pluviais, que é o objeto desta proposição.

Ainda, cumpre aduzir que condicionado a este financiamento, e também através do PAC 2 - Prevenção, o Estado do Paraná firmou Termo de Compromisso com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, para o repasse de recursos do Orçamento Geral da União a título de transferência obrigatória, no valor de R\$ 124.016.866,19 (cento e vinte e quatro milhões, dezesseis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), para a execução de parte das obras de Manejo de Águas Pluviais.

Destarte, o montante total (Financiamento, Contrapartida Estadual e Governo Federal) a ser investido nas obras é de R\$ 318.497.715,19 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e quinze reais e dezenove centavos).

O embasamento técnico para a formulação de todas as ações propostas seguem as diretrizes do PDDr - Plano Diretor de Drenagem, que é seguido também por todas as prefeituras, cujos municípios estão assentados sobre a Bacia Hidrográfica do Alto Rio Iguaçu.

A escolha das obras foi efetuada através de reuniões técnicas com representantes das prefeituras, que tiveram participação intensa de técnicos, assegurando e repassando informações aos respectivos prefeitos.

Ademais, insta ressaltar que, sob a égide do mesmo PAC 2 - Prevenção, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Curitiba irão desenvolver as obras de controle de cheias de forma integrada e complementares, na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Iguaçu.

Obras desta natureza devem considerar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o que proporciona maior eficácia dos resultados, bem como exigem desapropriações de áreas que serão custeadas pelo Programa.

Desta forma, vale reforçar que o montante de recursos a fundo perdido e a importância das obras para o controle das cheias, evidenciam a oportunidade e conveniência do financiamento pretendido.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

A fim de complementar a justificativa da presente medida, segue, por cópia autêntica, em anexo, a Informação Técnica a mim apresentada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, a qual ratifico plenamente.

Por todo o exposto, resta demonstrada a importância da obtenção do financiamento das obras de controle de cheias na Bacia do Alto Rio Iguaçu, na forma proposta.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/13

Projeto de Lei nº. 218/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 051/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo contratar a operação de crédito até o montante de R\$ 184.756.806,56, junto à Caixa Econômica Federal, para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 – Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

**EMENTA:** AUTORIZA PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO ATÉ O LIMITE DE R\$ 184.756.806,56 JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. FINANCIAMENTO OBRAS PAC 2. PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o limite de R\$ 184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos) junto



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de empreendimentos integrantes do PAC 2 – Prevenção, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*



solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).

II - orçamento: (Grifo Nosso).





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*



Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

**II - as diretrizes orçamentárias anuais;**

**III - os orçamentos anuais.**

**§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:**

**VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;**

**Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa. (grifo nosso)**

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

**Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.**

**Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

**Art. 32.** O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

**§ 1º** O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## *Comissão de Constituição e Justiça*

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **compete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

**IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;**

**XIX – realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia** (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de junho 2013.

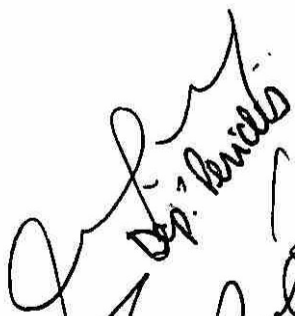

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

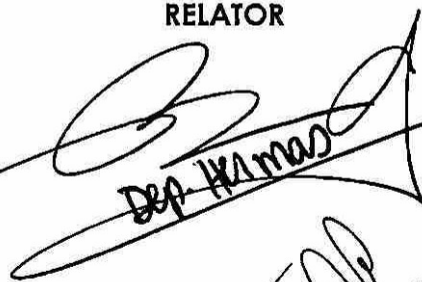
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

  
Dep. Alexandre Curi

  
Dep. Arnaldo  
  
Dep. Bernardo

  
Dep. Harmas

APROVADO

11/06/13 

  
Dep. Walter

  
Dep. Traiano

  
Dep. Tarciso

  
Dep. Roston



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/13**

**RELATÓRIO**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 051/13, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de R\$184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais, e cinquenta e seis centavos), junto à Caixa Econômica Federal, para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 – Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender as obras de controle de cheias na Região Metropolitana de Curitiba, bacia hidrográfica do Alto Rio Iguaçu, nos rios Atuba, Palmital, Itaquí, Barigui, Mascate, Ressaca e Ribeirão Ana Luiza.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, está em consonância com os arts. 15, 16, 29, 32, e § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

Vale ressaltar que a matéria está em consonância com os dispositivos constantes dos arts. 40, 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25/06/13

*Luiz*  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

*Francisco*  
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR

*Ep. W. Quintanilha*

*Dep. - Eriso Verra*

*Dep. Elton Pires*





PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 218/13

Autoria: - Poder Executivo

**I — RELATÓRIO**

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 51/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a Caixa Econômica Federal, até o montante de R\$ 184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 – Prevenção, no âmbito Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais”*.

Os recursos de que trata esta operação de crédito deverá apoiar projetos com vistas à realização de aplicação na viabilização, de despesas de obras propostas objetivando o cumprimento e a implantação de ações prioritárias do Plano de Governo, efetivas para o controle de cheias e de oportunidade, visto as condições do financiamento e a possibilidade de utilização dos recursos para as desapropriações necessárias.

Para a garantia do financiamento o Poder executivo utilizará parcelas de quotas do Fundo de Participação do Estado e ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Produção de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor, e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo ao agente financeiro os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exeqüíveis no caso de inadimplemento.

**II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER**

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas Comissões.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

A proposição apresentada, encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso XIX do art. 86 da Constituição Estadual que reza:

*“Art. 86. Compete privativamente ao Governador:*

*XIX – “realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia”.*

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

**III — CONCLUSÃO**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 25 de junho de 2013.

DEP. NEREU MOURA  
PRESIDENTE

DEP.

ELIO RUSSET  
RELATOR

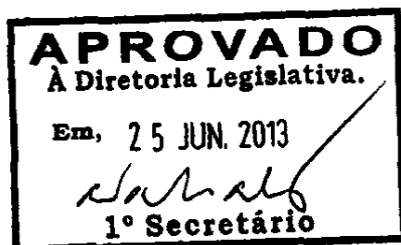
DEP. Batista

DEP. Verri

DEP. Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO



## REQUERIMENTO

Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 218/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 218/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 051/13.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2013.

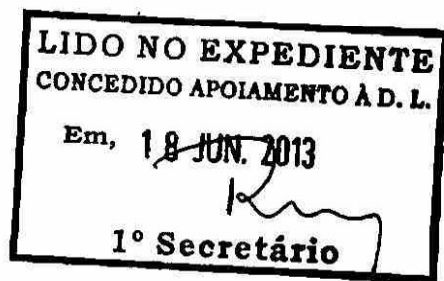
  
Deputado **Ademair Traiano**



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 12/13



**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART.1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de março de 2013.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 04 de junho de 2013.

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO**  
Relator

ANIBEL  
BUTER  
QUINTERO

ALEXANDRE CURI

PEDRO LUPION



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

### **Justificativa**

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 032/2013/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que destaca a prestação de contas da verba para atender despesas dos Senhores Deputados, relativas ao mês de março de 2013, regulamentada pela Resolução no. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos nos relatórios apresentados, consideramos correta a prestação de contas, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando óbice quanto a aprovação das contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide-se pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORÁVEL.

Sala das Comissões em, 04 de junho de 2013

**DEPUTADO DÉLIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO PERICLES DE MELLO**  
Relator

ANIBEL  
BUARER  
QUINTEIRO

ALEXANDRE CUCI

PERICLES DE MELLO